

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.349.168 - RJ
(2018/0213125-2)**

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
EMBARGANTE : **FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL**
ADVOGADO : **NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES E OUTRO(S) -**
SP128341
EMBARGADO : **RIDETE TEIXEIRA**
ADVOGADOS : **GERSON MOISÉS MEDEIROS - SC007069**
MARCOS LUIZ RIGONI JUNIOR - SC008380

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PATROCÍNIO DA FUNDAÇÃO É FEITO POR EMPRESA PRIVADA. VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. NÍTIDO CARÁTER INFRINGENTE. EMBARGOS REJEITADOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por Fundação Sistel de Seguridade Social contra acórdão desta relatoria que negou provimento ao agravo interno assim ementado (e-STJ, fl. 948):

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. 1. OMISSÃO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO JULGADO. INEXISTÊNCIA. 2. VINCULAÇÃO DA FUNDAÇÃO SISTEL À PATROCINADORA TELEBRÁS E À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL. 3. REAJUSTE DO BENEFÍCIO. ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS E A ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS REGULAMENTARES. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. 4. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

A embargante sustenta omissão no julgado quanto ao patrocínio da Fundação Sistel pela Telebras, Sociedade de Economia Mista, a seu ver, fato público e notório.

Intimada, a parte agravada não ofertou impugnação (e-STJ, fl. 1.032).

Brevemente relatado, decido.

Não considero presentes os vícios do art. 1.022 do Código de Processo Civil/2015 no presente caso, porquanto, a decisão embargada não foi omissa a respeito

do patrocínio da Sistel pela Telebras, tendo se manifestado expressamente sobre a questão, *in verbis* (e-STJ, fl. 949):

O acórdão recorrido manifestou-se expressamente quanto à aplicabilidade da Lei 8.020/1990 às entidades fechadas de previdência privada, ressaltando que só ocorre quando a sua patrocinadora faz parte da Administração Pública Federal, o que não é o caso dos autos, pois a agravante é patrocinada pela Telemar. Ademais, o fato ensejador da presente ação se deu no ano de 1999, momento em que a Fundação já era patrocinada por empresas privadas.

Desse modo, tendo o Tribunal de origem se pronunciado expressamente e motivado adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese, inexistente omissão apenas pelo fato de o julgado recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da parte.

Vale frisar que o vínculo empregatício da autora era com TELEMAR NORTE LESTE S/A, conforme afirmado na inicial, e não com a TELEBRAS S/A.

(...)

Assim, verifica-se que a revisão do julgado *a quo* exigiria o revolvimento das cláusulas pactuadas entre as partes e das circunstâncias de fato pertinentes ao caso, o que não se admite em recurso especial, diante da aplicação das Súmulas 5 e 7 desta Corte.

Como visto, não se trata de negativa de prestação jurisdicional, mas apenas de interpretação diversa da postulada. Por sua vez, a embargante pretende rediscutir matéria já julgada, o que extrapola a natureza e a função dos embargos declaratórios.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PROTETATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS.

1. Inexistentes as hipóteses do art. 535 do CPC, não merecem acolhida os segundos embargos de declaração que têm nítido caráter infringente.

2. Os embargos de declaração não se prestam à manifestação de inconformismo ou à rediscussão do julgado.

3. Por implicar julgamento integrador, contínuo, porém uno, os embargos de declaração dispensam intimação e não dão ensejo a sustentação oral.

4. Embargos de declaração opostos com o intuito procrastinatório da parte enseja a multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC,

em 1% sobre o valor da causa.

5. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp n. 555.552/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/10/2015, DJe 16/10/2015)

Evidente, portanto, a impossibilidade de acolhimento dos presentes aclaratórios, pois devidamente motivada a decisão, além de não ter sido demonstrada a ocorrência de nenhuma das hipóteses do art. 1.022 do Código de Processo Civil/2015.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

